

Presidencialismo ainda prepondera, diz Ulysses

13 SET 1987 ANL-P-313 SET 1987

O deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembléia Nacional Constituinte, disse ontem, à saída do Palácio da Alvorada, que levou ao presidente Sarney um demonstrativo sobre o equilíbrio de forças entre presidencialistas e parlamentaristas dentro da Constituinte, mas com uma pequena preponderância para o presidencialismo. Segundo ele, Sarney mostrou-se disposto a aceitar uma fórmula de entendimento sobre o sistema de governo a ser implantado no País, desde que fique assegurada a governabilidade e a administração da Nação.

Ulysses informou ainda que não discutiu com o Presidente a via-

bilidade da proposta de parlamentarismo gradual, já que os próprios parlamentaristas não têm ainda uma proposta de consenso: "As buscas de entendimento ainda prosseguem e delas participa o próprio Presidente da República".

Segundo Ulysses, a expectativa, tanto do Presidente quanto dele, está relacionada ao substitutivo do relator, deputado Bernardo Cabral, que deve ser apresentado terça-feira à Comissão de Sistematização. Ontem, o parlamentar já prevenia o Presidente de que sobre a reforma agrária o entendimento não tinha sido possível.

Parlamentaristas podem mudar

Nélio Rodrigues

O deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), da comissão de negociações em defesa do parlamentarismo gradual, disse ontem de manhã, após encontro no Palácio da Alvorada com o deputado Sarney Filho, que se os constituintes pró-parlamentarismo não chegarem a um entendimento e partirem para o confronto com o Palácio do Planalto, eles, os gradualistas, partirão para outra direção (ou seja, o presidencialismo). Ele disse ainda ter a convicção de que o presidente Sarney aceitaria a proposta de seu grupo, caso ela seja tomada como consenso entre as várias correntes parlamentaristas da Constituinte.

No encontro, do qual participaram, também, os deputados José Ulysses (PMDB-MG), Saulo Queiroz (PFL-MS), Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), e Heráclito Fortes (PMDB-PI), Sarney Filho teria se mostrado "supersensível à nossa proposta", conforme relatou Carvalho. Segundo ele, tudo dependeria dos resultados da reunião marcada para a noite de ontem, na residência do deputado Alcení Guerra (PFL-PR), com a presença de todas as lideranças parlamentaristas na Constituinte, entre elas os senadores Afonso Arinos (PFL-RJ), José Richa (PMDB-PR) e José Fogaça (PMDB-RS): "Se não chegarmos a um consenso nesta reunião, isto poderá significar o fim da tese parlamentarista", alertou o parlamentar, frisando, porém, que o seu grupo não abriria mão da proposta de implantar gradualmente o sistema, nos moldes da emenda Bonifácio de Andrada.

Pela emenda em questão, já no próximo ano o presidente Sarney



Deputado Cid Carvalho

indicaria o primeiro-ministro, que seria uma espécie de ministro-coordenador. Sarney manteria todos os seus atuais poderes, inclusive as chefias do Estado e do Governo. Em 1989, o nome do primeiro-ministro passaria pela aprovação do Congresso, ainda em um quórum privilegiado de 2/3. Só em 1990 Sarney perderia a chefia do Governo, iniciando-se de fato o sistema parlamentarista no País. Assim, a proposta do grupo fixa em seis anos o mandato do presidente Sarney, só que no sexto e último ano de seu mandato, ele já presidiria sem a chefia do governo, que estaria a cargo do primeiro-ministro.

Carvalho ressaltou que o único consenso até agora entre os parlamentaristas é a substituição no projeto de Cabral da emenda parlamentarista do senador Afonso Arinos, pela do senador Nelson Carneiro: "A emenda de Carneiro é mais conveniente ao País, já que fortalece um pouco a figura do Presidente, que deixa de ser uma mera rainha da Inglaterra, para ser um poder moderador, com poderes inclusive de demitir o primeiro-ministro."